



ANTONIA DERANY MOURAO DOS SANTOS – ADVOGADA - OAB/CE Nº. 34.613
ADVOCACIA: TRABALHISTA, CÍVEL, CRIMINAL E PREVIDENCIÁRIA

End. Profissional: Rua Dr. João Tomé, nº 998-A, Centro – Crateús-Ce
Cep. 63.702-885 - Celular/WhatsApp: (88) 99619 – 6396 – E-mail: deranysantos@hotmail.com

EXMO(A). SR(A). DR(A). JUIZ(A) DE DIREITO DA __ VARA
DA COMARCA DE CRATEÚS/CE

AÇÃO DE COBRANÇA (SEGURO DPVAT)

JOSE JEFFERSON BEZERRA DE SOUSA, brasileiro, solteiro, servente, portador do RG nº. **2007423333-0** emitido por SSP/CE, inscrito no CPF sob o nº. **062.030.823-09**, residente e domiciliado na Rua Ma. Alves Moreira, nº. 47, Bairro Santa Luzia, município de Crateús/CE, CEP nº 63.700-000, **sem endereço eletrônico**, vem à presença de V. Excelência, por sua advogada, com escritório profissional situado na Rua Dr. João Tomé, nº. 998-A, Centro, Crateús/CE – CEP: 63.702.885 – Celular/WhatsApp: (88) 99619-6396, **e-mail: deranysantos@hotmail.com**, propor a presente **AÇÃO DE COBRANÇA (SEGURO DPVAT)** em face da **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.** (CNPJ nº. 09.248.608/0001-04), e sede na Rua Senador Dantas, 74 – 5º. Andar, centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 20.031-205), pois a mesma é a representante de TODAS seguradoras consorciadas do seguro DPVAT em todo o território nacional (art. 1º da Portaria SUSEP nº 2.797/2007 e art. 41 da Resolução CNSP nº 332/2015), bem como, é a instituição conveniada com o TJCE para receber citação/intimação eletrônica, com base na lei nº 6194/74, alterada pelas Leis nº. 11.482/2007 e 11.945/2009 e demais dispositivos legais que rege a espécie, pelos fatos e fundamentos a seguir aduzidos:

DA JUSTIÇA GRATUITA

Preliminarmente, requer os benefícios da JUSTIÇA GRATUITA por ser pobre na forma da lei, não podendo, portanto, arcar com as custas processuais e honorários advocatícios sem prejuízo dos próprios sustentos e de sua família, tudo com base no artigo 5º, LXXIV, da Constituição Federal/88, bem como nos ditames estabelecidos pela Lei nº 1.060, de 5 de fevereiro de 1950, o que pode ser feito mediante simples afirmação na própria petição inicial (art. 4º, caput).



ANTONIA DERANY MOURAO DOS SANTOS – ADVOGADA - OAB/CE Nº. 34.613
ADVOCACIA: TRABALHISTA, CÍVEL, CRIMINAL E PREVIDENCIÁRIA

End. Profissional: Rua Dr. João Tomé, nº 998-A, Centro – Crateús-Ce
 Cep. 63.702-885 - Celular/WhatsApp: (88) 99619 – 6396 – E-mail: **deranysantos@hotmail.com**

DOS FATOS E DO DIREITO

O(a) requerente no dia **04 de Fevereiro de 2017, por volta das 19h30min**, sofreu um acidente de trânsito, quando este estava pilotando a **MOTOCICLETA marca/modelo HONDA/CG 150cc TITAN KS, placa HXI 8271/CE, cor VERMELHA, licenciada em nome de JOSE RODRIGUES DA SILVA**, e em determinado trecho do percurso o autor perdeu o controle da motocicleta e veio sobre o solo após colidir em outra motocicleta de características desconhecidas, após o ocorrido o requerente foi socorrido pelo Corpo de Bombeiro Militar para o Hospital São Lucas da cidade de Crateús/Ce, onde recebeu atendimento médico, conforme faz prova com o Boletim de Ocorrência Policial e a documentação médica, em anexo.

Após o fatídico acontecimento o(a) requerente de posse de toda a documentação exigida por lei requereu junto uma das seguradoras integrantes do consorcio DPVAT pedido de indenização (**sinistro nº. 3170/563867**), sendo que após a entrega de toda a documentação por lei exigida o(a) requerente foi surpreendido ao tomar conhecimento que seu pedido de indenização não fora indenizado sob alegativa de que o(a) documentação apresentava **IRREGULARIDADE (conforme carta em anexo)**. Ocorre Excelência, o(a) requerente juntou TODA documentação exigida por Lei conforme segue em anexo a este petítório, além do fato do(a) mesmo(a) ser portador(a) de sequelas permanentes em decorrência do acidente, o que restará provado por ocasião da realização da pericia médica judicial, caso seja necessário.

No presente caso, o(a) requerente ficou com debilidade permanente parcial em **FACE**, ou seja, de acordo com a tabela anexa a lei 11.945/2009 a indenização da parte autora poderá atingir o limite de **ATÉ 100% de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) quanto ao valor efetivamente (o)a autor(a) terá direito a parte autora somente a pericia médica vai constatar, uma vez que o autor(a) é portador de sequela parcial.**

A tabela do DPVAT advinda com a Lei nº. 11.945/2009 estabelece que em casos como o da parte autora o valor da indenização poderá chegar ao patamar de **ATÉ 100% (cem por cento)** do valor previsto na referida Lei, o que equivale a **R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)**, de acordo com a tabela abaixo:

DANOS CORPORAIS PREVISTOS NA LEI	PERCENTUAL DA PERDA (%)	TOTAL (100%)	INTENSA (75%)	MÉDIA (50%)	LEVE (25%)	RESIDUAL (10%)
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	100	R\$ 13.500,00	R\$ 10.125,00	R\$ 6.750,00	R\$ 3.375,00	R\$ 1.350,00



ANTONIA DERANY MOURAO DOS SANTOS – ADVOGADA - OAB/CE Nº. 34.613
ADVOCACIA: TRABALHISTA, CÍVEL, CRIMINAL E PREVIDENCIÁRIA

End. Profissional: Rua Dr. João Tomé, nº 998-A, Centro – Crateús-Ce
Cep. 63.702-885 - Celular/WhatsApp: (88) 99619 – 6396 – E-mail: deranysantos@hotmail.com

Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés						
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior						
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral						
Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica						
Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis, de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital						
DANOS CORPORAIS SEGMENTARES (PARCIAIS) REPERCUSSÕES EM PARTES DE MEMBROS SUPERIORES E INFERIORES	PERCENTUAL DA PERDA (%)	TOTAL (100%)	INTENSA (75%)	MÉDIA (50%)	LEVE (25%)	RESIDUAL (10%)
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos	70	R\$ 9.450,00	R\$ 7.087,50	R\$ 4.725,00	R\$ 2.362,50	R\$ 945,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores						
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés						
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho	50	R\$ 6.750,00	R\$ 5.062,50	R\$ 3.375,00	R\$ 1.687,50	R\$ 675,00
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar						
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo	25	R\$ 3.375,00	R\$ 2.531,25	R\$ 1.687,50	R\$ 843,75	R\$ 337,50
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral						
DANOS CORPORAIS SEGMENTARES (PARCIAIS) OUTRAS REPERCUSSÕES EM ÓRGÃOS E ESTRUTURAS CORPORAIS	PERCENTUAL DA PERDA (%)	TOTAL (100%)	INTENSA (75%)	MÉDIA (50%)	LEVE (25%)	RESIDUAL (10%)
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da mão						
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé	10	R\$ 1.350,00	R\$ 1.012,50	R\$ 675,00	R\$ 337,50	R\$ 135,00
Perda integral (retirada cirúrgica) do baço						

O STJ publicou a súmula 474 em 13.06.2012, a qual determina que em caso de invalidez permanente parcial, a indenização do seguro DPVAT deve ser paga de forma proporcional ao grau de invalidez da vítima.

Portanto, não tendo o(a) requerente **recebido nenhuma indenização**, este(a) **tem direito a receber quantia de acordo com sua lesão/invalidez permanente que será apurada em momento oportuno por perito judicial indicado por este juízo podendo o valor da condenação**



ANTONIA DERANY MOURAO DOS SANTOS – ADVOGADA - OAB/CE Nº. 34.613
ADVOCACIA: TRABALHISTA, CÍVEL, CRIMINAL E PREVIDENCIÁRIA

End. Profissional: Rua Dr. João Tomé, nº 998-A, Centro – Crateús-Ce
 Cep. 63.702-885 - Celular/WhatsApp: (88) 99619 – 6396 – E-mail: deranysantos@hotmail.com

atingir o limite de ATÉ 100% (cem por cento) do valor previsto para o seguro obrigatório DPVAT, o que corresponde a **R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)**, nos termos da Lei nº. 6.194/74, alterada pelas Leis nº. 11.482/2007 e 11.945/2009.

DA LEGITIMIDADE PASSIVA DA SEGURADO RÉ

A responsabilidade pelo pagamento da indenização referente ao seguro DPVAT pago parcialmente, por invalidez de vítima causada por veículo automotor de via terrestre, é da seguradora que efetuou pagamento parcial, ou de qualquer uma que pertença ao Consórcio, existindo, inclusive enunciados nesse sentido:

“Enunciado 26: O Beneficiário do seguro Obrigatório (DPVAT) pode postular de qualquer seguradora integrante do convênio (resolução SUSEP–CNSP n.º 56/2001) o complemento de indenização paga a menor, ainda que o pagamento anterior tenha sido efetuada por seguradora diversa–Turma Recursal–TJPR”.

No mesmo sentido o STJ: “SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. Consórcio. Legitimidade de qualquer seguradora que opera no sistema. De acordo com a legislação em vigor, que instituiu sistema elogiável e satisfatório para o interesse de todas as partes envolvidas, qualquer seguradora que opera no sistema pode ser acionada para pagar o valor da indenização, assegurado seu direito de regresso. Procedente. Recuso conhecido e provido. (REsp. 401.418/MG, Rel. Ministro RUY ROSADO DE AGUIAR< QUARTA TURMA< julgado em 23.04.2002.. DJ 10.06.2002. p. 220).”

DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

O advogado – em consonância com o art. 133 da Constituição Federal, bem como, com o Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil – é indispensável à administração da justiça, sendo a postulação a qualquer órgão do Poder Judiciário e aos Juizados Especiais sua atividade privativa, **tendo direito assegurado aos honorários convencionados, fixados por arbitramento e os de sucumbência.**

O Art. 22 da Lei 8906/94 assim preleciona:

“Art. 22 – A prestação de serviço profissional assegura aos inscritos na OAB o direito aos honorários convencionais, aos fixados por arbitramento judicial e aos de sucumbência.”

Neste diapasão, os honorários de sucumbência são devidos a título de gratificação, pelo motivo da boa atuação do advogado na defesa dos interesses da parte vencedora. Quanto mais o empenho dele tiver nexos com o resultado do processo, há de se convir que maior seja a verba honorária.



ANTONIA DERANY MOURAO DOS SANTOS – ADVOGADA - OAB/CE Nº. 34.613
ADVOCACIA: TRABALHISTA, CÍVEL, CRIMINAL E PREVIDENCIÁRIA

End. Profissional: Rua Dr. João Tomé, nº 998-A, Centro – Crateús-Ce
Cep. 63.702-885 - Celular/WhatsApp: (88) 99619 – 6396 – E-mail: **deranysantos@hotmail.com**

Pois bem, percebe-se que o zelo profissional dos patronos desta demanda é satisfatório, uma vez que tentam por todos os meios legais – munidos de direito para respaldar o pleito – a procedência da presente ação de indenização, no fito de aliviar a dor da parte autora, de acordo com a função social do advogado e respeito à ética profissional.

O art. 20 do CPC, assim verbis:

Art.20 – A sentença condenará o vencido a pagar ao vencedor as despesas que antecipou e **os honorários advocatícios (...)**

§1º - O juiz, ao decidir qualquer incidente ou recurso, condenará nas despesas o vencido. (Alterado pela L-005.925-1973)

(...)

§3º - Os honorários serão fixados entre o mínimo de 10% (dez por cento) e o máximo de 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação, atendidos: (Alterado pela L-005.925-1973)

§ 4º–“Nas causas de pequeno valor, nas de valor inestimável, naquelas em que não houver condenação ou for vencida a Fazenda Pública, e nas execuções, embargadas ou não, os honorários serão fixados consoante **apreciação 5quitativa do juiz,** atendidas as normas das alíneas a, b e c do parágrafo anterior.” (g.n.)

a) O GRAU DE ZELO DO PROFISSIONAL;

Por ter laborado em nome da dignidade da pessoa humana, por rebater a avareza da Seguradora Requerida, de todas as formas em direito admitidas, com muito zelo, modestamente requer-se que a Requerida seja condenado no pagamento de honorários advocatícios.

Contudo, requer seja condenada a seguradora, de acordo com o art. 20, § 3º, ou seja, entre 10% a 20%, caso o direito a indenização da parte autora ultrapasse a metade do máximo permitido em lei, ou seja, o máximo permitido em lei é de R\$ 13.500,00, portanto, a metade é de R\$ 6.750,00, aplicando assim, o parágrafo 3º do art. 20, que assim prevê:

§3º - Os honorários serão fixados entre o mínimo de 10% (dez por cento) e o máximo de 20% (vinte por cento) sobre o



ANTONIA DERANY MOURAO DOS SANTOS – ADVOGADA - OAB/CE Nº. 34.613
ADVOCACIA: TRABALHISTA, CÍVEL, CRIMINAL E PREVIDENCIÁRIA

End. Profissional: Rua Dr. João Tomé, nº 998-A, Centro – Crateús-Ce
Cep. 63.702-885 - Celular/WhatsApp: (88) 99619 – 6396 – E-mail: deranysantos@hotmail.com

valor da condenação, atendidos: (Alterado pela L-005.925-1973)

Porém, caso o valor a ser indenizada à parte autora, não ultrapasse a metade do valor máximo permitido em lei, o que torna pequeno o valor, requer a aplicação do parágrafo 4º do art. 20, que assim prescreve:

§ 4º–“Nas causas de pequeno valor, nas de valor inestimável, naquelas em que não houver condenação ou for vencida a Fazenda Pública, e nas execuções, embargadas ou não, os honorários serão fixados consoante **apreciação 6quitativa do juiz**, atendidas as normas das alíneas a, b e c do parágrafo anterior.” (g.n.)

Esse dispositivo existe no Código de Processo civil, para evitar que honorários os honorários sejam irrisórios, aviltantes, e até desrespeitoso. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é pacífica quanto à aplicação do artigo 20, § 4º, do CPC aos casos como o dos autos, senão vejamos:

“Pequeno que seja o valor da causa, os tribunais não podem aviltar os honorários de advogado, que devem corresponder à justa remuneração por trabalho profissional; nada importa que o vulto da demanda não justifique a despesa” (STJ, AI n. 325.270-SP, rel. Min Nancy Andrighi, j. Em 20-3-2001).

“O arbitramento dos honorários advocatícios em patamar irrisório éaviltantee atenta contra o exercício profissional.” (AgRg no Ag 954.995/SP, Rel. Ministro JOSÉ DELGADO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 18/03/2008, Dje 23/04/2008 – grifou-se.)

Diante do exposto, requer seja a Requerida condenada a pagar os honorários advocatícios, no patamar de 20% (vinte por cento) caso o direito a indenização da parte autora ultrapasse a metade do máximo indenizável, ou que seja arbitrado um valor equitativamente de acordo com o § 4º do art. 20 do CPC, caso o valor da condenação seja baixo.

PEDIDOS

Diante do exposto, sendo pacífica a legitimidade passiva e a existência do direito do (a) Autor (a), bem como preenchidos todos as pressupostos necessários, requerer a Vossa Excelência o que segue:

- A) A citação da ré no endereço supramencionado para, querendo, responder à presente pretensão jurisdicional no prazo legal, sob pena de revelia e confissão, constando do mandado as advertências do artigo 285 do CPC;



ANTONIA DERANY MOURAO DOS SANTOS – ADVOGADA - OAB/CE Nº. 34.613
ADVOCACIA: TRABALHISTA, CÍVEL, CRIMINAL E PREVIDENCIÁRIA

End. Profissional: Rua Dr. João Tomé, nº 998-A, Centro – Crateús-Ce
Cep. 63.702-885 - Celular/WhatsApp: (88) 99619 – 6396 – E-mail: deranysantos@hotmail.com

- B) Que julgue a presente Ação TOTALMENTE PROCEDENTE, condenando a Seguradora ao pagamento da indenização do Seguro DPVAT ao requerente, no percentual efetivamente devido de acordo com a lesão apurada em perícia médica, valor este que deve ser acrescido de correção monetária e juros de mora desde o evento danoso;
- C) Que não tem interesse na realização de audiência de conciliação prévia com base no art. 319, inciso VII do novo Código de Processo Civil, uma vez que, a seguradora só realiza acordo após realização de perícia médica;
- D) Que após ouvir as partes, sejam, os autos remetidos ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania a fim de participar de mutirão DPVAT.
- E) Que seja designada a realização de perícia médica por profissional a ser indicado pelo MM. Juiz, para aferição do grau da lesão do autor e aplicação da tabela da Lei 11.945/09, facultando às partes nomearem assistentes nos termos da lei, pois, as perícias médicas dessa natureza estão suspensas pela PEFOCE;
- F) Que eventual perícia a ser realizada pela PEFOCE seja preferencialmente o de abrangência do município onde o(a) autor(a) reside;
- G) A concessão dos benefícios da GRATUIDADE JUDICIÁRIA, nos termos da Lei 1.060/50, por não ter o autor condições de arcar com eventuais custas e despesas processuais sem prejuízo do sustento próprio e de sua família;
- H) A intimação do Ministério Público para participar do feito, se for o caso;
- I) Condenação da Requerida ao pagamento das custas processuais, bem como honorários advocatícios, estes arbitrados em até 20% do valor da condenação, **respeitando os ditames estabelecidos pelo art. 85 § 2º e 8º do CPC.**

Dá-se à causa o valor de **R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).**

Nestes Termos,
Pede DEFERIMENTO.

Crateús/CE, 01 de Setembro de 2019.

ANTONIA DERANY MOURAO DOS SANTOS
ADVOGADA OAB/CE 34.613



ANTONIA DERANY MOURAO DOS SANTOS – ADVOGADA - OAB/CE Nº. 34.613
ADVOCACIA: TRABALHISTA, CÍVEL, CRIMINAL E PREVIDENCIÁRIA

End. Profissional: Rua Dr. João Tomé, nº 998-A, Centro – Crateús-Ce
Cep. 63.702-885 – Celular/WhatsApp: (88) 99619 – 6396 – E-mail: deranysantos@hotmail.com

PROCURAÇÃO

OUTORGANTE:

Nome: <i>Jose Jefferson Bezerra de Sousa</i>	Nacionalidade: BRASILEIRA
Estado Civil: <i>Solteiro</i>	Profissão: <i>Securite</i>
CPF nº: <i>062.030.823-09</i>	Carteira de Identidade: <i>2007423333-0</i>
Bairro: <i>Santa Louzã</i>	Residência: <i>Quaila. Mus Moreira, 47</i>
Cidade: <i>Crateús</i>	Estado/UF: CEP: <i>Ceara 63.700.000</i>

OUTORGADO: ANTONIA DERANY MOURAO DOS SANTOS, brasileira, solteira, advogada inscrita na OAB/CE sob o nº 34.613; com endereço profissional na Rua Dr. João Tomé, nº. 998-A, Centro, município de Crateús/CE, CEP nº 63.702-885; Celular/WhatsApp: (88) 99619-6396.

PODERES: Pelo presente instrumento particular de procuração, o(a) outorgante nomeia e constitui, o outorgado, seu bastante procurador, conferindo-lhe os poderes da cláusula "ad judicium et extra", podendo agir em conjunto ou separadamente perante repartições públicas Federais, Estaduais e Municipais, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, bem como conferindo os poderes especiais para promover a Ação Judicial competente para o recebimento da indenização que lhe cabe, como beneficiário, em virtude de acidente de trânsito, cobertos pelo seguro DPVAT, junto a qualquer companhia de seguro conveniada a SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT, participante do Convenio DPVAT, podendo firmar compromissos, contratos, promover ações de seu interesse, podendo representar em qualquer juízo com poderes para promover; acordos judiciais e extrajudiciais e demais atos necessários dos interesses dos serviços contratados podendo ainda, transigir, requerer, juntar e retirar documentos, assinar livros, termos, recibos, dar ou receber quitações, firmar autorizações de pagamentos ou créditos de indenização de sinistro receber intimações para audiência e perícias médicas, em nome do(a) outorgante, substabelecer com ou sem reservas, enfim todos os poderes necessários para o cumprimento amplo do objeto do presente mandato.

Crateús – CE., *03* de *Agosto* de *2019*.

Jose Jefferson Bezerra de Sousa
(outorgante)



ANTONIA DERANY MOURAO DOS SANTOS – ADVOGADA - OAB/CE Nº. 34.613
ADVOCACIA: TRABALHISTA, CÍVEL, CRIMINAL E PREVIDENCIÁRIA

End. Profissional: Rua Dr. João Tomé, nº 998-A, Centro – Crateús-Ce
Cep. 63.702-885 – Celular/WhatsApp: (88) 99619 – 6396 – E-mail: deranysantos@hotmail.com

DECLARAÇÃO DE POBREZA

Declarante: <i>Jose Jefferson Bezina de Sousa</i>		Nacionalidade: Brasileira
Residência: <i>Rua da Alus Moreira 47</i>		Profissão: <i>Servente</i>
CPF nº: <i>062.030.823-09</i>	RG nº: <i>2007423333-0</i>	Estado Civil: <i>Solteiro</i>
Bairro: <i>Santa Luzia</i>	Cidade: <i>Crateús</i>	Estado/UF: <i>Ceará</i>
CEP: <i>63.700.000</i>	Telefone:	

DECLARO para os devidos fins que possuo hipossuficiência financeira, não possuindo condições de arcar com custas processuais e honorários advocatícios sem prejudicar o meu sustento próprio e o de minha família, consoante o que dispõe a Lei nº 1.050/60.

Por ser expressão da verdade, firmo a presente.

Crateús - Ce., *03* de *Agosto* de *2019*.

Jose Jefferson Bezina de Sousa
Declarante

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 2007423333 - 0 DATA DE EMISSÃO 30/12/2009

INOME JOSÉ JEFFERSON BEZERRA DE SOUSA PLACADO

LUIZ CAMELO DE SOUZA

MARIA DE FÁTIMA BEZERRA DE SOUSA

RAZÃO SOCIAL CRATEUS - CE DATA DE NASCIMENTO 09/06/1991

ELOC. DIRETOR

CERT. NASCIMENTO - CARTÓRIO: 1 OFÍCIO TERMO: 21937 FOLHA: 240

LIVRO: A 21 CRATEUS - CE

CPF

1 VIA

ASSINATURA DO DIRETOR

P.: 36



Certifico que a presente
cópia confere com
original respectivo. De
fe.
Crateús, 24/ ABR. 2017

Crateús, 24/ ABR. 2017

[Signature]

JOSEPH R. MARTIN
 Maria Goretti Albuquerque Nascimento
 Bel. Edmar Augusto de Jesus Martins
 Maria Elzeina dos Reis Rodrigues
 Substitutos
 Cratêus - Ceará



Certifico que a presente
cópia confere com o
original respectivo. Dou

fe.
Crateús, 24/ABR 2017

2ª Tabela Pública

COURTÓRIO MARINHO
Miguel Galletti Albuquerque Nascimento
B.B. Edmar Albuquerque da Masmanto
Maria Eugênia Martins Rodrigues
Substituto
Cratêus - Ceará


MINISTÉRIO DA FAZENDA
Receita Federal
Cadastro de Pessoas Físicas



COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO
Número 062.030.823-09
Nome JOSE JEFFERSON BEZERRA DE SOUSA
Inscrição 09/06/1991
VÁLIDO SOMENTE COM COMPROVANTE DE IDENTIFICAÇÃO

CÓDIGO DE CONTROLE
1287 FB6E-96D3-0DE6

A autenticidade deste comprovante depende
ser confirmada via Internet, no endereço
www.receita.fazenda.gov.br

Comprovante emitido pela
Secretaria da Receita Federal do Brasil
em 09/12/14 às 08h 11/03/2011 (hora e data de Brasília)
Cópia vinculada ao



ANTONIA DERANY MOURAO DOS SANTOS – ADVOGADA - OAB/CE Nº. 34.613
ADVOCACIA: TRABALHISTA, CÍVEL, CRIMINAL E PREVIDENCIÁRIA

End. Profissional: Rua Dr. João Tomé, nº 998-A, Centro – Crateús-Ce
Cep. 63.702-885 – Celular/WhatsApp: (88) 99619 – 6396 – E-mail: deranysantos@hotmail.com

DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA

Declarante: <i>Jose Jefferson Bezerra de Sousa</i>		Nacionalidade: Brasileira
Residência: <i>Rua Ma. Alves Moreira, 47</i>		Profissão: <i>Securante</i>
CPF nº: <i>062.030.823-09</i>	RG nº: <i>2007423333-0</i>	Estado Civil: <i>Solteiro</i>
Bairro: <i>Santa Luzia</i>	Cidade: <i>Crateús</i>	Estado/UF: <i>Ceará</i>
CEP: <i>63.700.000</i>	Telefone:	

DECLARO que resido no endereço acima citado e forneço os dados pessoais, documentos e demais declarações para a propositura de Ação Judicial em desfavor de qualquer seguradora conveniada DPVAT- FENASEG, E QUE FUI VÍTIMA DE ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO. Sendo de minha total responsabilidade a declaração de invalidez ou óbito fornecida.

Crateús - Ce., *03* de *Agosto* de *2019*.

Jose Jefferson Bezerra de Sousa
(declarante)



Esta é a segunda via de
JUN/2019

Utilize o nº abaixo sempre
que entrar em contato conosco

Nº DO CLIENTE
2705595 DV **7**

VENCIMENTO
16/07/2019

TOTAL A PAGAR (R\$)
47,97

Nota Fiscal - Conta de Energia Elétrica Grupo B | Série B-4 | Nº **579766928**

Companhia Energética do Ceará

Rua Padre Valdevino, 150 | CEP 60135 040 | Fortaleza CE
CNPJ 07.047.251/0001-70 | CGF 06.105.848-3

A Tarifa Social de Energia Elétrica
foi criada pela Lei nº 10.438 de
26 de abril de 2002

DADOS DO CLIENTE

Rota 20 038000 02 0107001 Medidor 11461464 Poste 0000 0
Nome LUIZ CAMELO DE SOUZA
Endereço Postal

End. da Unidade RU MA. ALVES MOREIRA 00047 SANTA LUZIA CRATEUS 63700000
Consumidora

RG / CPF / CNPJ 331.511.135-91 CGF
Classe B1 - 01-RESIDENCIAL, MONOFASICA, BAIXA RENDA Fator de Potência 0

INFORMAÇÕES SOBRE O FATURAMENTO DO CONSUMO

Leitura Atual 15569 Leitura Anterior 15451 Constante 1 Consumo (kWh) 118 Consumo Incl. 0 Consumo Faturado 118

DESCRIÇÃO DA CONTA	Quantidade	Tarifa	Valor (R\$)
ENERGIA			
Consumo faixa 0-30 Kwh	30	0,18352	5,50
Consumo faixa 31-100 Kwh	70	0,31462	22,02
Consumo faixa 101-220 Kwh	18	0,47195	8,50

DATAS DE LEITURA

Data de Emissão/ Apresentação 08/07/2019 Prev. Próxima Leitura 30/07/2019

ÁREA RESERVADA AO CONTROLE FISCAL

BF05.E6C2.AE20.1F1E.9B25.55A3.B9DE.0D46

ICMS

Base de Cálculo (R\$) ISENTO Aliquota Valor do Imposto

COMPOSIÇÃO DO VALOR DE CONSUMO

ENERGIA	19,29
TRANSMISSÃO	1,53
DISTRIBUIÇÃO	11,34
ENCARGOS SETORIAIS	2,57
TRIBUTOS (ICMS, PIS/COFINS)	2,22

INDIC. DE QUALIDADE DO FORNECIMENTO

Veja a legenda no verso desta conta. CM: 29,34

Conjunto CRATEUS

Mês ABR/ 2019

	Padrão Mensal	Individual Trim.	Individual Anual	Apuração Mensal	Individual Trim.	Individual Anual
DIC (h)	5,43	10,86	21,73	0,39	0,00	0,00
FIC (un)	3,23	6,47	12,95	2,00	0,00	0,00
DMIC (h)	3,11			0,20		

HISTÓRICO DE CONSUMO (últimos 12 meses)



OUTROS PAGAMENTOS

CORRECAO MONETARIA DO MES 0,17
JUROS DO MES 0,52
MULTA MORATORIA 0,75
PIS-COFINS COMPLEMENTAR-TARIFA S. BAIXA RENDA 0,93
ILUMINACAO PUBLICA MUNICIPAL-INT 9,58

CONSUMO CONSCIENTE - EMISSÕES DE CO₂ (kg/kWh)

Compense suas emissões pelo consumo de energia elétrica.

Emitido kg (CO₂) Compensado kg (CO₂) Consciência Ecológica(%CO₂)

INFORMAÇÕES IMPORTANTES E AVISOS DE VENCIMENTO

CONTAS EM ATRASO

REAVISO DE VENCIMENTO:

Informamos existir debito vencido sem acrescimos legais ate esta data, no valor de R\$ 49,68. Conforme Resolucao Anel 414/2010, Art. 173, podera ser suspensao o fornecimento de energia eletrica, apos decorridos 15 dias do envio deste comunicado. Caso o debito relacionado ao lado tenha sido pago, favor desconsiderar este aviso.

DEBITOS ANTERIORES

MES/ANO VENCIMENTO

05/2019 49,68

Consta desta fatura R\$ 2,22 referente a PIS e COFINS. Aliquotas: PIS: 0,64% e COFINS: 2,9% (Art. 9 Res. 100/2005 - ANEEL e lei n. 10.637/02 e 10.833/03)

autenticação mecânica cliente

Nº do Cliente: 2705595-7 Nº da Nota Fiscal: 579766928 Total a Pagar (R\$): 47,97
Data de Emissão: 26/07/2019 Referência: JUN/2019 Nº de Controle: 0002705595 00189 4313 2 74

83810000000-0 47970031000-2 00027055950-7 01894313220-0





POLÍCIA CIVIL
DELEGACIA ELETRÔNICA



SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
E DEFESA SOCIAL
Governo do Estado do Ceará

VISUALIZAÇÃO

ATENÇÃO!

1) Verifique se os dados estão corretamente preenchidos. Caso seja necessária alguma modificação, basta clicar no link 'Corrigir', localizado no canto superior direito de cada quadro.

Confirmar

Dados do Noticiante

Corrigir 1

Nome: **JOSE JEFFERSON BEZERRA DE SOUSA**

Sexo: **Masculino** Data de Nascimento: **9/06/1991**

Estado Civil: **SOLTEIRO(A)** Grau de Instrução: **ALFABETIZADO**

Nome da mãe: **MARIA DE FATIMA BEZERRA DE SOUSA**

Nome do pai: **LUIZ CAMELO DE SOUSA**

CPF: **062.030.823-09** RG: **20074233330** Emissor: **SSP/CE**

E-mail: Telefone: **(88) 99705-3157**

Nasceu em: **CRATEUS - CE BRASIL**

Endereço: **RUA RUA GUSTAVO BARROSO, 2127** Complemento:

Bairro: **SÃO VICENTE** Cep: **63700-000** Ponto de Referência:

Tipo: **RESIDENCIAL** Moradia: **PRÓPRIA**

País: **BRASIL** Município: **CRATEUS** UF: **CE**

Dados da Ocorrência

Corrigir 2

Delegacia: **DELEGACIA ELETRÔNICA** Ano: **2017**

Data: **4/02/2017** Hora: **19:30**

Tipo da Ocorrência: **ACIDENTE DE TRÂNSITO**

Endereço: **R RUA GUSTAVO BARROSO** Complemento:

Tipo do Local: **VIA PUBLICA** Compl Tipo do Local:

Bairro: **SÃO VICENTE** Município: **CRATEUS** UF: **CE**

Veículo(s) Envolvido(s)

Corrigir 3

1) PLACA **HX18271** TIPO DE VEÍCULO **MOTOCICLETA** MARCA/MODELO **HONDA/CG 150 TITAN KS** COR **VERMELHA**
PROPRIETÁRIO **JOSE RODRIGUES DA SILVA**

Descrição da Ocorrência

Corrigir 4

EU JOSE JEFFERSON BEZERRA DE SOUSA, DECLARO QUE NO DIA E HORA ACIMA MENCIONADO, FUI VITIMA DE ACIDENTE DE TRÂNSITO QUANDO EU SEGUIA NA RUA GUSTAVO BARROSO, QUANDO DERRE PENTE OUTRA MOTO AVANÇA A MINHA PREFERENCIA E QUANDO SE CHOCAMOS MOTO COM MOTO O OUTRO CONDUTOR SE EVADIU-SE DO LOCAL SEM PRESTAR SOCORRO; QUE FUI SOCORRIDO PELO CORPO DE BOMBEIROS PARA O HOSPITAL SÃO LUCAS DE CRATEUS;CE E NADA MAIS DISSE.

Declaro, sob as penas da lei, que as informações fornecidas são verdadeiras.

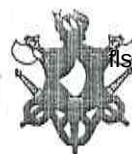
Confirmar

Jose Jefferson Bezerra de Sousa

Supervisor Escrição



ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA DA CIDADANIA
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR
SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO
GRUPO DE SOCORRO DE URGÊNCIA
REGISTRO DE SOCORRO



14

ESTAÇÃO: CRATEIROS DATA: 04/03/17 Nº DA ASS.:
NOME: JOSÉ JEFFERSON DE LIMA DE SOUSA
IDADE: 26 ANOS SEXO: F () M ()
LOCAL DA OCORRÊNCIA: AV COSTA RIBEIRO, S/N
BAIRRO: MARATONA

HORA DA OCORRÊNCIA: 20:15
CHEGADA AO LOCAL: 20:20
SAÍDA DO LOCAL: 20:30
CHEGADA AO HOSPITAL: 20:40

TIPO DE OCORRÊNCIA:

- | | | |
|--|-------------------------|-------------------------------|
| 01. ☒ ACIDENTE DE TRÂNSITO | 05. () AFOGAMENTO | 09. () MAL SÚBITO |
| 02. () AGRESSÃO | 06. () QUEIMADURA | 10. () EMERGÊNCIA OBSTÉTRICA |
| 03. () DESABAMENTO | 07. () CHOQUE ELÉTRICO | 11. () JÁ REMOVIDO |
| 04. () INTOXICAÇÃO | 08. () QUEDA | 12. () FALSO AVISO |

RAZÃO DO ATENDIMENTO: COLÍSEO MARATONA

DOENÇAS ANTERIORES:

MEDICAMENTOS:

ALERGIAS:

COR		PELE		RESPIRAÇÃO	
CIANÓTICO ()		QUENTE ()	SECA ()	SUPERFICIAL ()	
PÁLIDO ()		FRIA ()	ÚMIDA ()	DIFÍCIL ()	
CONGESTO ()		NORMAL ()	NORMAL ()	NORMAL ()	
NORMAL ()				AUSENTE ()	
PULSO RADIAL		ENCHIMENTO CAPILAR		SANGRAMENTO	
FORTE ()		NORMAL ()		AUSENTE ()	
FRACO ()		RETARDADO ()		MÍNIMO ()	
REGULAR ()		AUSENTE ()		MODERADO ()	
				INTENSO ()	
NÍVEL DE CONSCIÊNCIA INICIAL		FALA		PUPILAS	
ALERTA ()		NORMAL ()			
RESPONDE A COMANDO ()		CONFUSA ()		D. _____ mm	
RESPONDE A DOR ()		ININTELIGÍVEL ()		E. _____ mm	
SEM RESPOSTA ()		NENHUMA ()		REAGENTE ()	
				SEM REAÇÃO ()	

SINAIS VITAIS: HORA:

P.A.:

PULSO:

FR:

NATUREZA DA DOENÇA OU LESÕES PRINCIPAIS:

SUSPEITA DE TCE, EDENIA NA FACE E ESCOLA

OBSERVAÇÕES:

PROCEDIMENTOS REALIZADOS:

- | | |
|--------------------------|------------------------------|
| () ASPIRAÇÃO | () CURATIVOS |
| () OXIGÊNIO | () BANDAGENS |
| () ASSIST. VENTILATÓRIO | () IMOBILIZAÇÕES DE MEMBROS |
| () RCP | () FÉRULA DE TRAÇÃO |
| () ASSIST. OBSTÉTRICA | () LÍQUIDO EV: |

CONDIÇÕES DE CHEGADA AO HOSPITAL:

- () MELHORADO
() PIORADO
() INALTERADO

HOSPITAL DE DESTINO:

ST NERVEN/80 EDILSON/80 MOURA



ÓBITO

- () ANTES DO SOCORRO
() ANTES DO TRANSPORTE
() NO TRANSPORTE

Hospital São Lucas

ADMINISTRAÇÃO  SÃO CAMILO

REGISTRO DE ENFERMAGEM

115.17
 Maria Elvira
 COBENICE
 COBENICE

NOME: José Jefferson B. de SousaDATA: 04/02/17PRONTUÁRIO: 31 136LEITO: 04DATA DA INTERNAÇÃO 1/1/1

MÉDICO:

CONVÊNIO: SUSUNIDADE/SETOR: Omnipol

MOTIVO DA INTERNAÇÃO:

CONTROLES

Hora	PA	FC	T	FR	SpO ₂	Glicemia	Diurese	Evacuações	Êmese	DT	DS
04:20	110/70	77	36°	19	97%						
06:00	130/80	77	36.3	18	97%						

DIETAS/ VOLUME

CONTROLE DE CATETERES E SONDAS

Hora	Via Oral	SNG	SNE	CVC	CH	TOT	SNG	SNE	SVD	Traqueostomia

EXAMES (Laboratório / Imagem)

Coletado/Realizado

Entregue

	/	/	/	/
	/	/	/	/
	/	/	/	/

CONTROLE DE PUNÇÃO VENOSA

HORA	LOCAL	MATERIAL UTILIZADO			
		() Abocath nº ____	() extensor	() tree way	() curativo transparente
		() Abocath nº ____	() extensor	() tree way	() curativo transparente
		() Abocath nº ____	() extensor	() tree way	() curativo transparente

TRANSFUSÕES SANGÜÍNEAS

DATA/HORA DO INÍCIO	RESPONSÁVEL	DATA/HORA DO TÉRMINO	RESPONSÁVEL

PA = Pressão Arterial; FC = Frequência Cardíaca; T = Temperatura; FR = Frequência Respiratória; SpO₂ = Saturação Periférica; DT = Dreno de Tórax; DS = Dreno de Sucção; SNG = Sonda Nasogástrica; SNE = Sonda Nasoentérica; CVC = Cateter Venoso Central; CH = Cateter para Hemodiálise; TOT = Tubo Orotraqueal; SVD = Sonda Vesical de Demora.

DATA	ANOTAÇÕES DE ENFERMAGEM	Assinatura legível e nº COREN
05/02/08	12:00 Paciente admitido Neste setor Clínica Médica, consciente, serben-lizo, oráculo deuto, apresenta urares escurecidas, com edema e hematomas em dho o D, com Alguio no local, Aquando frustre-nêntio para Sedral, peque o. 065	completa em 01/09/2019, sob o número 00102109120198
05/02/08	16:05 Paciente transportado para a sala de parto de Sedral pela emergência, etc de enfermagem Emanuel — " —	01/09/2019, sob o número 00102109120198
	2:50 duas de Sessão.	

PA = Pressão Arterial; FC = Frequência Cardíaca; T = Temperatura; FR = Frequência Respiratória; SpO₂ = Saturação Periférica; D = Dreno de Tórax; DS = Dreno de Sucção; SNG = Sonda Nasogástrica; SNE = Sonda Nasoentérica; CVC = Cateter Venoso Central; C = Cateter para Hemodiálise; TOT = Tubo Orotraqueal; SVD = Sonda Vesical de Demora.

Hospital São Lucas

ADMINISTRAÇÃO  SÃO CAMILO

PACIENTE: Jose Jefferson B. de Sousa

DN: 1/1

NOME DA MÃE:

PRONTUÁRIO: 31126

SETOR: Unidade Médica LEITO: 205 CONVÊNIO: SUS

DATA: 08.02.17

	PRESCRIÇÃO	APRAZAMENTO
01	<u>Prontuário</u>	
02	<u>Leito 205 no 1º andar</u>	<u>12h 18: 00: 06</u>
03	<u>Exame físico 1º andar</u>	<u>12h 18: 00: 06</u>
04	<u>Exame físico 1º andar</u>	<u>09:15 21:15</u>
05	<u>Exame físico 1º andar</u>	<u>COMUNICAR</u>
06	<u>Exame físico 1º andar</u>	<u>12h 18: 00: 06</u>
07	<u>Exame físico 1º andar</u>	
08	<u>Exame físico 1º andar</u>	
09	<u>Exame físico 1º andar</u>	
10	<u>Exame físico 1º andar</u>	
11	<u>Exame físico 1º andar</u>	
12	<u>Exame físico 1º andar</u>	
13	<u>Exame físico 1º andar</u>	
14	<u>Exame físico 1º andar</u>	
15	<u>Exame físico 1º andar</u>	
16	<u>Exame físico 1º andar</u>	
17	<u>Exame físico 1º andar</u>	
18	<u>Exame físico 1º andar</u>	
19	<u>Exame físico 1º andar</u>	
20	<u>Exame físico 1º andar</u>	
21	<u>Exame físico 1º andar</u>	
22	<u>Exame físico 1º andar</u>	
23	<u>Exame físico 1º andar</u>	
24	<u>Exame físico 1º andar</u>	
25	<u>Exame físico 1º andar</u>	

Assinatura do Médico
 José Gonçalves Rosa Neto
 Rua Edite R. de Farias, 197
 Nova Russas - CE.
 Médico CRM 15488

Evolução Médica:

Prontuário 1º andar
Exame físico 1º andar
Exame físico 1º andar

Assinatura do Médico
 José Gonçalves Rosa Neto
 Rua Edite R. de Farias, 197
 Nova Russas - CE.
 Médico CRM 15488

Assinatura e Carimbo

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por ANTONIA DERANY MOURAO DOS SANTOS e Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, protocolado em 01/09/2019 às 10:44, sob o número 00102109120198060070. Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjce.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0010210-91.2019.8.06.0070 e código 5042F71.



Centro de Diagnóstico por Imagem de Crateús

Paciente: JOSE JEFFERSON BEZERRA DE SOUS
Data de Nascimento: 09/06/1991
Data do Exame: 07/02/2017
Procedência: Paciente Externo

Nº do Paciente: 25436
Solicitante:
Nº do Exame: 8284
Sexo: M
Convênio:

TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DO CRÂNIO

TÉCNICA:

Exame realizado em aparelho de tomografia computadorizada, com colimação, filtros e reconstruções específicas para o segmento de interesse, sem a administração endovenosa do meio de contraste.

RESULTADO:

Hematoma epidural medindo 2,0 x 0,8 cm na região frontal à direita. Fratura do osso frontal em adjacência com extensão ao teto da órbita.

Discreto aumento de partes moles nas regiões frontal e periorbitária à direita.

Sulcos entre os giros corticais, cissuras de Sylvius, sistema ventricular supratentorial e cisternas da base de aspecto usual para a faixa etária.

Estruturas da linha média centradas.

Não há evidências de lesões focais detectáveis ao método na fossa posterior.

O IV ventrículo é tópico e tem dimensões normais.

CONCLUSÃO:

Hematoma epidural medindo 2,0 x 0,8 cm na região frontal à direita. Fratura do osso frontal em adjacência com extensão ao teto da órbita.

Discreto aumento de partes moles nas regiões frontal e periorbitária à direita.

Assinado Eletronicamente por:

Dra. Larissa Vidaurre | CRM - 5291100-3

Através de Telelaudo Tecnologia Médica Ltda | CRM ES-1964-55 em laudo Radiológico

Criado em 07/02/2017 09:05:09 GMT -3 DST (Brasília Time)

Este documento contém informações de saúde identificáveis que são objeto de proteção legal. Esta informação destina-se ao uso exclusivo da instituição mencionada acima. Este é um exame complementar à consulta clínica. Descrições e hipóteses diagnósticas aqui contidas não devem ser analisadas isoladamente, mas correlacionadas com as demais informações (anamnese, exame físico e outros exames) pelo médico/dentista do paciente, a quem compete, exclusivamente, concluir o diagnóstico e decidir a conduta a ser seguida. O relator se coloca à disposição do médico/dentista para quaisquer esclarecimentos necessários.

Declaração do Proprietário do Veículo

Eu, Jose Rodrigues da Silva,
 RG nº 53.489.565-7, data de expedição 28/04/09,
 Órgão SSP-Ce, portador do CPF nº 714.795.627-34, com
 domicílio na cidade de Crateús, no Estado de
Ceará, onde resido na (Rua/Avenida/Estrada)
Rua Gustavo Barroso, Santa Luzia, nº 2127,
 complemento casa, declaro, sob as penas da Lei, que o veículo abaixo
 mencionado é(era) de minha propriedade na data do acidente ocorrido com a
 vítima Jose Jefferson Bezerra de Sousa cujo o condutor era
Jose Jefferson Bezerra de Sousa.

Veículo: motocicleta HONDA / CG 150

Modelo: CG 150 TITAN KS

Ano: 2005

Placa: HXT 8271

Chassi: 9C2K08106R834932

Data do Acidente: 04/02/2017

Local e Data: Crateús - Ce, 26.04.2017

CARTÓRIO
MARTINS

Jose Rodrigues da Silva
 Assinatura do Declarante

Jose Jefferson Bezerra de Sousa

Assinatura do Condutor (caso seja um terceiro que não a vítima reclamante do sinistro)



CARTÓRIO MARTINS	RECONHEÇO A(S) FIRMA(S) <u>Jose</u>
	<u>Jefferson Bezerra de Sousa</u>
	<u>Jose Rodrigues da Silva</u>
	Dou fé.
	Crateús <u>02 MAIO 2017</u>
	Em testemunho <u>da verdade</u>

Natália M. Albuquerque Nascimento
 Escrevente Substituto
 Crateús - CE

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADANIAS

DETRAN - CE Nº 013132684030

CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEICULO

VIA COD. RENAVAM ENTRC EXERCICIO
01 873615503 000000000 2017

NOME
JOSE RODRIGUES DA SILVA
CRATEUS

PLACA 71479562734 PLACA HX18271

PEÇA ANT/UF 71479562734 CHASSI 902K0081065834932

ESPECIE TIPO PAS MOTOCICLO 3000 CC 3000 CC COMBUSTIVEL GASOLINA

MARCA/MODELO HONDA/CG 150 TITAN K3

CAP/PGT/ACIL 2005/2006

CATEGORIA PARTIC

VENO/COTAS 1º 2º 3º

COTA UNICA 1º 2º 3º

FAIXA LPVA 1º 2º 3º

PARCELAMENTO/COTAS 1º 2º 3º

PREMIO TARIFARIO (R\$) 150,00

PREMIO TOTAL (R\$) 150,00

DATA DE PAGAMENTO 17/04/2017

CONSERVACOES

LOCAL 17/04/2017 DATA 17/04/2017

CRATEUS

SEGURO OBRIGATORIO DE DANOS PESSOAIS - DANOS POR TERCEIROS
AUTOMOBILISTAS - AUTOMOBILISTAS - AUTOMOBILISTAS
SEGURO OBRIGATORIO DE DANOS PESSOAIS - DANOS POR TERCEIROS

CE Nº 013132684030 BILHETE DE SEGURO DPVAT

2017

ESTE É O SEU BILHETE DO SEGURO DPVAT
PARA MAIS INFORMACOES, LEIA NO VERSO
AS CONDIÇÕES GERAIS DE COBERTURA

www.seguradoralider.com.br
SAC DPVAT 0800 022 1204

VIA 01 71479562734 EXERCICIO 2017 DATA EMISSAO 19/04/2017

PLACA HX18271

RENAVAM 873615503 MARCA/MODELO HONDA/CG 150 TITAN K3

ANO FAB 2005 Nº CHASSI 902K0081065834932

PRÊMIO TARIFÁRIO

FNS (R\$) 87,29 DENATRAM (R\$) 6,70 CUSTO DO SEGURO (R\$) 185,50

CUSTO DO BILHETE (R\$) 4,15 IOF (R\$) 0,00

TOTAL A SER PAGO (R\$) 195,50

☒ COTA UNICA ☐ PARCELADO

PAGAMENTO DATA DE QUITACAO 17/04/2017

LIDER DO SEGURADOR HONDA
LIDER DO SEGURO DPVAT

MOTOR: 1500 CC 1500 CC 1500 CC

1902-00N



Rio de Janeiro, 05 de Janeiro de 2018

Aos Cuidados de: JOSE JEFFERSON BEZERRA DE SOUSA

Nº Sinistro: 3170563867
Vítima: JOSE JEFFERSON BEZERRA DE SOUSA
Data do Acidente: 04/02/2017
Cobertura: INVALIDEZ
Procurador: KAMILA VIEIRA GOMES

Assunto: NEGATIVA TÉCNICA - IRREGULARIDADE

Senhor(a),

Após a análise no sinistro cadastrado sob o número 3170563867, verificamos a existência de irregularidades, por essa razão o seu pedido de indenização foi negado.

Qualquer dúvida, acesse o nosso site www.seguradoralider.com.br ou ligue para o SAC DPVAT 0800 022 12 04. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para 0800 022 12 06. Tenha em mãos o número do sinistro e o CPF do beneficiário.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Pag. 0059/100592 - carta_13 - INVALIDEZ



Carta nº 12203292



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Crateús

3ª Vara da Comarca de Crateús

Rua Jonas Gomes de Freitas, S/N, Campo Velho - CEP 63701-235, Fone: (88) 3691-7040, Crateús-CE - E-mail: crateus.3@tjce.jus.br

DESPACHO

Processo nº: **0010210-91.2019.8.06.0070**
 Apensos: **Processos Apensos << Informação indisponível >>**
 Classe: **Procedimento Comum**
 Assunto: **Seguro**
 Requerente: **Jose Jefferson Bezerra de Sousa**
 Requerido: **Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT**

Defiro o pedido de justiça gratuita.

Designa-se audiência de conciliação ou de mediação com antecedência mínima de 30 dias, devendo ser citado o réu com pelo menos 20 (vinte) dias de antecedência.

O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação será considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado.

A autocomposição obtida será reduzida a termo e homologada por sentença.

Cite-se o réu para oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será: da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do [art. 334, § 4º, inciso I](#); prevista no [art. 231](#), de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos.

Se o réu não contestar a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor.

Remeta-se os autos ao CEJUSC.

Expedientes necessários.

Crateús, 03 de setembro de 2019.

Marcos Aurelio Marques Nogueira
Juiz de Direito

**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ**

Comarca de Crateús

3ª Vara da Comarca de Crateús

Rua Jonas Gomes de Freitas, S/N, Campo Velho - CEP 63701-235, Fone: (88) 3691-7040, Crateús-CE - E-mail: crateus.3@tjce.jus.br

Assinado por Certificação Digital¹

¹ De acordo com o Art. 1º da lei **11.419/2006**: "O uso de meio eletrônico na tramitação de processos judiciais, comunicação de atos e transmissão de peças processuais será admitido nos termos desta Lei.

~ 2º Para o disposto nesta Lei, considera-se:

III - **assinatura eletrônica** as seguintes formas de identificação inequívoca do signatário:

a) assinatura digital baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, na forma de lei específica; Art. 11. Os documentos produzidos eletronicamente e juntados aos processos eletrônicos com garantia da origem e de seu signatário, na forma estabelecida nesta Lei, **serão considerados originais para todos os efeitos legais.**

Para aferir a autenticidade do documento e das respectivas assinaturas digitais acessar o site **<http://esaj.tjce.jus.br>**. Em seguida selecionar a opção **CONFERÊNCIA DE DOCUMENTO DIGITAL** e depois **Conferência de Documento Digital do 1º grau**. Abrir a tela, colocar o **nº do processo** e o **código do documento**.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Crateús

CEJUSC - Crateús

Rua João Gomes de Freitas, S/N, Fátima II - CEP 63100-000, Fone: (88) 3691-5294, Crateús-CE - E-mail: tjce@tjce.jus.br

ATO ORDINATÓRIO

Processo nº: **0010210-91.2019.8.06.0070**
 Apensos: **Processos Apendos << Informação indisponível >>**
 Classe: **Procedimento Comum**
 Assunto: **Seguro**
 Requerente: **Jose Jefferson Bezerra de Sousa**
 Requerido: **Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT**

Em cumprimento ao Despacho de fls. retro dos autos, designo sessão de Conciliação para a data de **07/11/2019 às 10:00h** na sala da Sala de Audiência - CEJUSC, no Centro Judiciário. Encaminho os presentes autos à Secretaria da 3ª Vara da Comarca de Crateús-CE para a confecção dos expedientes necessários.

Crateús/CE, 09 de setembro de 2019.

JULIANA MENDES COIMBRA

Analista Judiciário

Assinado Por Certificação Digital¹

¹ De acordo com o Art. 1º da lei **11.419/2006**: "O uso de meio eletrônico na tramitação de processos judiciais, comunicação de atos e transmissão de peças processuais será admitido nos termos desta Lei.

~ 2º Para o disposto nesta Lei, considera-se:

III - **assinatura eletrônica** as seguintes formas de identificação inequívoca do signatário:

a) **assinatura digital baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, na forma de lei específica**; Art. 11. Os documentos produzidos eletronicamente e juntados aos processos eletrônicos com garantia da origem e de seu signatário, na forma estabelecida nesta Lei, **serão considerados originais para todos os efeitos legais**.

Para aferir a autenticidade do documento e das respectivas assinaturas digitais acessar o site **http://esaj.tjce.jus.br**. Em seguida selecionar a opção **CONFERÊNCIA DE DOCUMENTO DIGITAL** e depois **Conferência de Documento Digital do 1º grau**.

Abrir a tela, colocar o **nº do processo** e o **código do documento**.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Crateús

3ª Vara da Comarca de Crateús

Rua Jonas Gomes de Freitas, S/N, Campo Velho - CEP 63701-235, Fone: (88) 3691-7040, Crateús-CE - E-mail: crateus.3@tjce.jus.br

ATO ORDINATÓRIO

Processo nº: **0010210-91.2019.8.06.0070**
 Apensos: **Processos Apendos << Informação indisponível >>**
 Classe: **Procedimento Comum**
 Assunto: **Seguro**
 Requerente: **Jose Jefferson Bezerra de Sousa**
 Requerido: **Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT**

Conforme disposição expressa na Portaria nº 542/2014, emanada da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua, cumpram-se os expedientes remanescentes da decisão já proferida nos autos em epígrafe, em especial, para o comparecimento das partes à Audiência de **Conciliação** na data de **07/11/2019** às **10:00h** na sala da **Sala de Audiência - CEJUSC**, no Centro Judiciário CEJUSC, no Fórum Clóvis Beviláqua.

Decisão: "Complemento da Movimentação Seleccionada << Informação indisponível >>"

Crateús/CE, 03 de outubro de 2019.

Elaine Cristina Castelo Branco
Técnico Judiciário

Assinado Por Certificação Digital¹

¹ De acordo com o Art. 1º da lei **11.419/2006**: "O uso de meio eletrônico na tramitação de processos judiciais, comunicação de atos e transmissão de peças processuais será admitido nos termos desta Lei.

~ 2º Para o disposto nesta Lei, considera-se:

III - **assinatura eletrônica** as seguintes formas de identificação inequívoca do signatário:

a) **assinatura digital baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, na forma de lei específica**; Art. 11. Os documentos produzidos eletronicamente e juntados aos processos eletrônicos com garantia da origem e de seu signatário, na forma estabelecida nesta Lei, **serão considerados originais para todos os efeitos legais**.

Para aferir a autenticidade do documento e das respectivas assinaturas digitais acessar o site **http://esaj.tjce.jus.br**. Em seguida selecionar a opção **CONFERÊNCIA DE DOCUMENTO DIGITAL** e depois **Conferência de Documento Digital do 1º grau**.

Abrir a tela, colocar o **nº do processo** e o **código do documento**.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Crateús

3ª Vara da Comarca de Crateús

Rua Jonas Gomes de Freitas, S/N, Campo Velho - CEP 63701-235, Fone: (88) 3691-7040, Crateús-CE - E-mail: crateus.3@tjce.jus.br

CARTA DE CITAÇÃO

Processo nº: **0010210-91.2019.8.06.0070**
 Apensos: **Processos Apendos << Informação indisponível >>**
 Classe: **Procedimento Comum**
 Assunto: **Seguro**
 Requerente: **Jose Jefferson Bezerra de Sousa**
 Requerido: **Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT**

Prezado(a) Senhor(a) **Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT**

A presente, extraída da ação em epígrafe, por determinação do **Dr(a). Débora Danielle Pinheiro Ximenes**, Juiz(a) de Direito da 3ª Vara da Comarca de Crateús, tem como finalidade a **CITAÇÃO para comparecer à audiência de conciliação/mediação designada para o dia 07/11/2019, às 10:00h na sala de Audiência – CEJUSC, no Centro Judiciário na Comarca de Crateús/CE**, localizado no endereço acima indicado, podendo a parte constituir representante, por meio de procuração específica, com poderes para negociar e transigir (CPC, art. 334, § 10). Fica V. Sa. advertida de que terá o prazo de 15 (quinze) dias úteis para, querendo, contestar o presente feito, que contar-se-á conforme o artigo 335 do mesmo Código, tudo sob pena de revelia e de presunção de veracidade dos fatos afirmados pelo autor no pedido inicial.

Fica advertido(a) também que o ato processual só não será realizado se ambas as partes, expressamente, manifestarem desinteresse na composição consensual, e que o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência é considerado por lei ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor do Estado.

Este processo tramita eletronicamente. Sua íntegra poderá ser visualizada pela internet, no site www.tjce.jus.br, informando o número do processo e a senha que segue à margem superior, documento pessoal e intransferível, a qual permite total acesso à tramitação processual, sendo considerada vista pessoal, consoante dispõe o § 1º do art. 9º da Lei nº. 11.419/2006, como parte integrante desta carta.

Crateús/CE, 03 de outubro de 2019.

NILDO JOSE DE SOUSA CHAVES

Supervisor Unidade Judiciária

Assinado Por Certificação Digital¹

Sr(a).

Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT

Rua Senador Dantas, 74, 5º andar, Centro

Rio De Janeiro-RJ

CEP 20031-205

¹ De acordo com o Art. 1º da lei **11.419/2006**: "O uso de meio eletrônico na tramitação de processos judiciais, comunicação de atos e transmissão de peças processuais será admitido nos termos desta Lei.

~ 2º Para o disposto nesta Lei, considera-se:

III - **assinatura eletrônica** as seguintes formas de identificação inequívoca do signatário:

a) assinatura digital baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, na forma de lei específica; Art. 11. Os documentos produzidos eletronicamente e juntados aos processos eletrônicos com garantia da origem e de seu signatário, na forma estabelecida nesta Lei, **serão considerados originais para todos os efeitos legais.**

Para aferir a autenticidade do documento e das respectivas assinaturas digitais acessar o site <http://esaj.tjce.jus.br>. Em seguida selecionar a opção **CONFERÊNCIA DE DOCUMENTO DIGITAL** e depois **Conferência de Documento Digital do 1º grau.**

Abriu a tela, colocar o **nº do processo** e o **código do documento**.

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico e dou fé que o ato abaixo, constante da relação nº 0613/2019, foi disponibilizado no Diário da Justiça Eletrônico em 04/10/2019. Considera-se data da publicação, o primeiro dia útil subsequente à data acima mencionada, conforme disposto no Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça.

Advogado
Antonia Derany Mourão dos Santos (OAB 34613/CE)

Teor do ato: "Conforme disposição expressa na Portaria nº 542/2014, emanada da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua, cumpram-se os expedientes remanescentes da decisão já proferida nos autos em epígrafe, em especial, para o comparecimento das partes à Audiência de Conciliação na data de 07/11/2019 às 10:00h na sala da Sala de Audiência - CEJUSC, no Centro Judiciário CEJUSC, no Fórum Clóvis Beviláqua. Decisão: "Complemento da Movimentação Seleccionada << Informação indisponível >>""

Do que dou fé.
Crateús, 7 de outubro de 2019.

Diretor(a) de Secretaria

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico e dou fé que o ato abaixo, constante da relação nº 0613/2019, foi disponibilizado no Diário da Justiça Eletrônico em 04/10/2019. Considera-se data da publicação, o primeiro dia útil subsequente à data acima mencionada, conforme disposto no Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça.

Advogado
Antonia Derany Mourão dos Santos (OAB 34613/CE)

Teor do ato: "Conforme disposição expressa na Portaria nº 542/2014, emanada da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua, cumpram-se os expedientes remanescentes da decisão já proferida nos autos em epígrafe, em especial, para o comparecimento das partes à Audiência de Conciliação na data de 07/11/2019 às 10:00h na sala da Sala de Audiência - CEJUSC, no Centro Judiciário CEJUSC, no Fórum Clóvis Beviláqua. Decisão: "Complemento da Movimentação Seleccionada << Informação indisponível >>""

Do que dou fé.
Crateús, 15 de outubro de 2019.

Diretor(a) de Secretaria



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Crateús

3ª Vara da Comarca de Crateús

Rua Jonas Gomes de Freitas, S/N, Campo Velho - CEP 63701-235, Fone: (88) 3691-7040, Crateús-CE - E-mail: crateus.3@tjce.jus.br

ATO ORDINATÓRIO

Processo nº: **0010210-91.2019.8.06.0070**
 Apensos: **Processos Apendos << Informação indisponível >>**
 Classe: **Procedimento Comum**
 Assunto: **Seguro**
 Requerente: **Jose Jefferson Bezerra de Sousa**
 Requerido: **Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT**

Conforme disposição expressa na Portaria nº 542/2014, emanada da Diretoria do Fórum Clóvis Beviláqua, cumpram-se os expedientes remanescentes da decisão já proferida nos autos em epígrafe, em especial, para o comparecimento das partes à Audiência de **Conciliação** na data de **07/11/2019 às 10:00h** na sala da **Sala de Audiência - CEJUSC**, no Centro Judiciário CEJUSC, no Fórum Clóvis Beviláqua.

Decisão: "Complemento da Movimentação Seleccionada << Informação indisponível >>"

Crateús/CE, 03 de outubro de 2019.

Elaine Cristina Castelo Branco
Técnico Judiciário

Assinado Por Certificação Digital¹

¹ De acordo com o Art. 1º da lei **11.419/2006**: "O uso de meio eletrônico na tramitação de processos judiciais, comunicação de atos e transmissão de peças processuais será admitido nos termos desta Lei.

~ 2º Para o disposto nesta Lei, considera-se:

III - **assinatura eletrônica** as seguintes formas de identificação inequívoca do signatário:

a) **assinatura digital baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, na forma de lei específica**; Art. 11. Os documentos produzidos eletronicamente e juntados aos processos eletrônicos com garantia da origem e de seu signatário, na forma estabelecida nesta Lei, **serão considerados originais para todos os efeitos legais**.

Para aferir a autenticidade do documento e das respectivas assinaturas digitais acessar o site **http://esaj.tjce.jus.br**. Em seguida selecionar a opção **CONFERÊNCIA DE DOCUMENTO DIGITAL** e depois **Conferência de Documento Digital do 1º grau**.

Abrir a tela, colocar o **nº do processo** e o **código do documento**.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Crateús

CEJUSC - Crateús

Rua João Gomes de Freitas, S/N, Fátima II - CEP 63100-000, Fone: (88) 3691-5294, Crateús-CE - E-mail: tjce@tjce.jus.br

ATO ORDINATÓRIO

Processo nº: **0010210-91.2019.8.06.0070**
 Apensos: **Processos Apensos << Informação indisponível >>**
 Classe: **Procedimento Comum**
 Assunto: **Seguro**
 Requerente: **Jose Jefferson Bezerra de Sousa**
 Requerido: **Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT**

Em cumprimento ao Despacho Inicial acostado aos autos, redesigno sessão de Conciliação para a data de **23/01/2020 às 09:30h** na sala de Audiência - CEJUSC da Comarca de Crateús-CE. Encaminho os presentes autos à Secretaria da Vara da Comarca de Crateús-CE para a confecção dos expedientes necessários.

Crateús/CE, 21 de outubro de 2019.

JULIANA MENDES COIMBRA

Analista Judiciário

Assinado Por Certificação Digital¹

¹ De acordo com o Art. 1º da lei **11.419/2006**: "O uso de meio eletrônico na tramitação de processos judiciais, comunicação de atos e transmissão de peças processuais será admitido nos termos desta Lei.

~ 2º Para o disposto nesta Lei, considera-se:

III - **assinatura eletrônica** as seguintes formas de identificação inequívoca do signatário:

a) **assinatura digital baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, na forma de lei específica**; Art. 11. Os documentos produzidos eletronicamente e juntados aos processos eletrônicos com garantia da origem e de seu signatário, na forma estabelecida nesta Lei, **serão considerados originais para todos os efeitos legais**.

Para aferir a autenticidade do documento e das respectivas assinaturas digitais acessar o site **http://esaj.tjce.jus.br**. Em seguida selecionar a opção **CONFERÊNCIA DE DOCUMENTO DIGITAL** e depois **Conferência de Documento Digital do 1º grau**.

Abrir a tela, colocar o **nº do processo** e o **código do documento**.